



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

DEZ ANOS DO PROGRAMA FEDERAL “BOLSA ATLETA”: um mapeamento inicial das modalidades paralímpicas (2005-2014)¹

Fernando Marinho Mezzadri
Katiuscia Mello Figuerôa
Rafael Estevam Reis
Marcelo Moraes e Silva

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo realizar um mapeamento inicial de um importante programa do governo federal de fomento do esporte brasileiro: denominado “Bolsa-Atleta”. As fontes utilizadas nas análises foram as listagens dos atletas contemplados disponibilizadas no *site* do Ministério do Esporte, delimitado entre os anos de 2005 a 2014. Destas foram utilizadas nas análises somente as informações referentes às modalidades paralímpicas, totalizando um número de 7815 bolsas concedidas. A título de conclusão a pesquisa aponta que o “Bolsa-Atleta”, no que se refere ao esporte paralímpico, prioriza os esportistas com desempenho mais elevado, os do sexo masculino e os das regiões mais desenvolvidas economicamente.

Palavras-Chaves: Esportes; Financiamento Governamental; Atletas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa mapear a configuração do programa “Bolsa Atleta”, entre os anos de 2005 e 2014, política do governo federal brasileiro que visa o fomento do esporte de rendimento no país (BRASIL, 2004; 2005; 2011). Como recorte específico o estudo selecionou as modalidades esportivas paralímpicas, excluindo os atletas contemplados nos esportes olímpicos de inverno e verão e de modalidades não olímpicas.

¹ O presente trabalho contou com o financiamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado Institucional – PNPDI Institucional, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.



Corrêa *et. al.* (2014) afirmam que desde a época da tramitação do projeto de lei na Câmara dos Deputados justificava-se a necessidade de amparo governamental para fomentar o desenvolvimento do esporte brasileiro de rendimento. Os autores argumentam que a discussão ganhou relevância pela fraca representação nos Jogos Olímpicos de *Sidney* em 2000, retratando um subestimado desempenho dos atletas brasileiros que não chegaram a conquistar nenhuma medalha de ouro. Este fraco desempenho, conforme apontaram Guimarães (2009), Corrêa *et. al.* (2014) e Moraes e Silva *et. al.* (2014), originou um debate mais generalizado no seio da sociedade civil, levando o governo federal a promover profundas mudanças referentes ao financiamento ao esporte.

Tais reivindicações podem ser observadas no discurso feito pela relatora Tânia Soares sobre o projeto do então deputado Agnelo Queiroz de instituir a “Bolsa-Atleta”:

O Brasil possui indiscutivelmente elevado potencial esportivo. Frequentemente, porém, alguns atletas de notório destaque deixam de competir em função da falta de apoio público e privado. *De fato, o esporte não possui qualquer lei de incentivo fiscal, dificultando o investimento por parte da iniciativa privada.* Atletas, inclusive de níveis olímpico e paraolímpico, enfrentam extremas dificuldades para manter o treinamento necessário e continuar a representar o país condignamente. Em diversos países do mundo, atletas que obtiveram medalhas olímpicas e paraolímpicas são reconhecidos como heróis nacionais. No Brasil, atletas premiados nas Olimpíadas e Paraolimpíadas de *Sidney*, encontram-se sem patrocínios. (BRASIL, 2003, s.p. - grifos nossos).

O discurso acima confirma a pressão feita sobre as entidades federais para ampliar o fomento do esporte no país. Atualmente a esfera pública passou a arcar com diversos programas buscando sanar os “notórios” problemas de financiamento do esporte de rendimento acima mencionados. Moraes e Silva *et. al.* (2014) citam a criação de uma “Lei de Incentivo ao Esporte”, que promove um incentivo através da dedução fiscal, promovendo parceria entre as esferas públicas e privadas. Lembram ainda da “Lei Agnelo-Piva” que regulamenta o repasse de 2% da arrecadação das loterias federais ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), bem como o próprio programa “Bolsa-Atleta”.

Com a eleição da cidade do Rio de Janeiro para ser sede dos jogos de 2016 a esfera governamental anunciou expectativas de um melhor desempenho esportivo nas competições a



serem disputadas no Brasil. Afinal o objetivo era tornar o país uma “Potência Olímpica”, ou seja, ficar entre os 10 primeiros colocados nos Jogos Olímpicos e entre os 5 nas competições paralímpicas. Com estas medidas, segundo apontam Moraes e Silva *et. al.* (2014) e Figuerôa *et. al.* (2014), novas ações foram iniciadas e/ou aprimoradas. No caso do “Bolsa-Atleta” houve uma ampliação significativa do programa visando a corresponder com os objetivos listados.

De acordo com Corrêa *et. al.* (2014), o “Bolsa-Atleta” consiste em um benefício que de forma inicial teve quatro níveis de auxílio: I) categoria Olímpica/Paraolímpica²; II) categoria Internacional³; III) categoria Nacional⁴; e, por fim, IV) categoria Estudantil⁵. Todas requerem que o atleta tenha idade mínima de 14 anos completos. Posteriormente, as categorias de Base⁶ e Pódio⁷ foram inclusas pela Lei nº 7.802, de 13 de Setembro de 2012, que altera a Lei 10.891, de 9 de Julho de 2004. Os respectivos valores, atualizados para cada categoria de bolsa são: a) Base: R\$ 370,00; b) Estudantil: R\$ 370,00; c) Nacional: R\$ 925,00; d) Internacional: R\$ 1.850,00; e) Olímpico e Paraolímpico: R\$ 3.100,00; f) Pódio: até R\$ 15.000,00. Outro dado significativo apontado por Corrêa *et. al.* (2014), referente ao “Bolsa-Atleta”, é que o mesmo em seus primeiros anos não permitiam que os beneficiados possuíssem patrocínio e/ou salário para estarem inseridos no programa. Condição que foi mudada em 2012, quando esportistas pertencentes a este quadro passaram a poder receber o benefício.

² Destinado aos esportistas que participaram da última edição dos Jogos Olímpicos/Paraolímpicos e que continuam treinando para competições internacionais.

³ Para os atletas que participaram da delegação nacional respectiva ao seu esporte, representando o país em campeonatos sul-americanos, pan-americanos e mundiais e que conquistaram as três primeiras colocações em competições consideradas máximas pela respectiva confederação e que continuam treinando para competições em âmbito internacional.

⁴ Destina-se aos esportistas que atingiram as três primeiras colocações em competição indicada pela entidade nacional de administração de desporto, bem como, para aqueles que se encontram nas primeiras três colocações do *ranking* nacional de sua modalidade, também indicada pela entidade nacional de administração do desporto.

⁵ Tem direito a esta categoria de bolsa os atletas que participaram dos Jogos estudantis ou Universitários, que obtiveram os três primeiros lugares em modalidade individual, e/ou foram considerados os melhores em competição de modalidades coletivas e que continuam treinando para competições nacionais oficiais. Esta categoria delimita a inscrição do atleta até 20 anos de idade.

⁶ Destina-se aos esportistas que participaram com destaque em competições organizadas pela entidade nacional de desporto, bem como aqueles que tenham conquistado as três primeiras colocações em competição em esportes individuais, ou dez primeiros lugares (por sexo) em modalidades coletivas, e que continuam treinando para competições nacionais oficiais. Esta categoria delimita a inscrição do atleta até 19 anos de idade.

⁷ Para os esportistas de modalidades individuais olímpicas e paraolímpicas que, de acordo com critérios estabelecidos pelas entidades máximas nacionais (COB/CPB), estejam vinculados ao programa atleta-pódio e que recentemente tenham sido incorporados ao denominado “Plano Brasil Medalhas”.



Dessa forma, este artigo pretende responder às seguintes perguntas: Qual a configuração do programa federal “Bolsa Atleta” no esporte paralímpico dentro do período delimitado? Quais são suas características por modalidade esportiva, sexo, nível de bolsa e distribuição por região do país? Ao responder essas indagações, a presente pesquisa espera compreender melhor este programa, podendo assim contribuir para o aprimoramento do mesmo.

DECISÕES METODOLÓGICAS

O presente artigo insere-se na mesma proposta metodológica preconizada anteriormente por Anunciação (2014), Corrêa (2013), Corrêa *et. al.* (2014), Dias (2014) e Mezzadri; Moraes e Silva (2014). Tais estudos visam amparar-se numa perspectiva difundida no contexto internacional de padronizar os métodos de investigação relativos aos estudos sobre políticas de esporte de rendimento. Henry *et. al.* (2005), ao analisar o contexto internacional, sobretudo o europeu, argumentam que existe uma limitação de estudos com dados disponíveis e quantificáveis sobre as políticas de esporte. Starepravo (2011) e Mezzadri; Moraes e Silva (2014) lembram que tais limitações são ainda mais contundentes nas pesquisas brasileiras.

Contudo, apesar da pouca quantidade de pesquisas internacionais, como apontado por Henry *et. al.* (2005), tem-se visto a partir do ano de 2000, um desenvolvimento considerável de pesquisas sobre políticas de esporte de rendimento, principalmente por conta do desejo dos pesquisadores em explicar e compreender as causas de sucesso e/ou fracasso de alguns países em competições esportivas internacionais (OAKLEY; GREEN 2001; GREEN; HOULIHAN, 2005; HOULIHAN, 2008). Característica que também começa a se cristalizar em algumas produções brasileiras (ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2010; 2011; MEIRA *et. al.* 2012; CORRÊA, 2013; ANUNCIAÇÃO, 2014; CORRÊA, *et. al.* 2014; DIAS, 2014; FIGUERÔA *et. al.* 2014; REIS, 2014).

Para atender a estes fins foram desenvolvidos dois instrumentos de pesquisa para coletar os dados do programa “Bolsa-Atleta”: (1) a definição de indicadores da política propriamente dita; (2) elaboração de uma matriz analítica para a política implementada (CORRÊA, 2013; CORRÊA, *et. al.* 2014; MEZZADRI; MORAES E SILVA, 2014). A seleção da amostra foi baseada nos elementos apontados por Mezzadri; Moraes e Silva



(2014), que se caracterizam em: (1) medidores de esforços das políticas de esporte – financiamento, metas e diretrizes, planejamento, recursos humanos; (2) medidores de realização – estrutura, implementação, acompanhamento, avaliação, divulgação, produção do conhecimento e perenidade. Cada um desses indicadores contém uma relação de questões que serviram de fundamento para as análises do presente artigo.

Após estabelecer esses instrumentos, realizou-se a transposição dos dados expostos no *site* do Ministério do Esporte⁸, apresentando a listagem de atletas que obtiveram a concessão do benefício. No início da investigação, foi detectado o total de 37 modalidades Olímpicas e 22 Paralímpicas⁹. A atualização mais recente do quadro de esportes paralímpicos foi feita em 2010, quando a Canoagem e o Triatlo foram incluídos no programa da competição.

Todos os dados coletados foram realocados em novos modelos de tabela, selecionados de acordo com o critério da pesquisa. Após todos os anos serem catalogados, partiu-se para o esboço do tratamento estatístico. Os dados foram transpostos para uma planilha do programa *Excel Microsoft Office* e o mesmo preencheu o total de 7815 bolsas concedidas para o esporte paralímpico. Foi preciso estruturar as informações em uma matriz com nove colunas de informações, assim como preconizado e testado anteriormente nos trabalhos de Anunciação (2014), Corrêa (2013), Corrêa *et. al.* (2014) e Dias (2014):

- 1) Primeira coluna: refere-se à modalidade esportiva (22 no total);
- 2) Segunda: contém o nome do atleta;
- 3) Terceira: cita o nível da bolsa pertencente (categorias: Olímpica/Paraolímpica, Internacional, Nacional, Estudantil e Base);
- 4) Quarta: relativa à cidade;
- 5) Quinta: dispõe as Unidades Federativas;
- 6) Sexta: informa o sexo do atleta;
- 7) Sétima: compreende a região;
- 8) Oitava: inclui o ano de concessão;

⁸ Disponível em: http://www.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/lista_contemplados.jsp - Acesso em dezembro de 2014.

⁹ As modalidades elencadas nesta pesquisa foram as seguintes: Atletismo; Basquetebol em Cadeira de Rodas; Bocha; Canoagem; Ciclismo; Esgrima em Cadeira de Rodas; Futebol de 5; Futebol de 7; *Goalball*; Halterofilismo; Hipismo; Judô; Natação; Remo; *Rugby* em Cadeira de Rodas; Tênis de Mesa; Tênis em Cadeira de Rodas; Tiro com Arco; Tiro Esportivo; Triatlo; Vela; e Voleibol Sentado.



- 9) Nona: abarca o escopo de valores para cada bolsa (não será utilizada nesta pesquisa¹⁰);

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As realizar as análises iniciais foi possível notar, assim como apontou Corrêa *et. al.* (2014), que houve um afunilamento dentro do “Bolsa-Atleta” em benefício do esporte olímpico e paralímpico, com ênfase no primeiro, relegando a um segundo plano os esportes que não fazem parte do megaevento. Os autores ao mostrarem os dados de pesquisa relativos ao programa, entre os anos de 2005-2011, indicam que no período de 2005-2009 diversos esportes não olímpicos não paralímpicos tinham uma percentagem maior de esportistas beneficiados. Porém, tal cenário mudou no ano de 2010, principalmente pela eleição da cidade do Rio de Janeiro para ser sede dos jogos de 2016. Para atender esta nova demanda houve ajustes na legislação brasileira (BRASIL, 2011) limitando o número de bolsas a serem ofertadas as modalidades que não fazem parte da competição.

Com a escolha do Brasil para sediar estemegaevento esportivo o “Bolsa-Atleta” cresceu muito em tamanho e abrangência, conforme pode ser visualizado na Tabela 1:

Tabela 1: Comparação da concessão de bolsas pelo Ministério do Esporte.

no	A	Total de Bolsas Esporte Paraolímpico	% da amostra comparada ao total	Total de Bolsas
005	2	263	26.9 7%	9 75
006	2	237	27.7 5%	8 54
007	2	507	23.3 5%	2 171
008	2	447	14.2 6%	3 133
009	2	570	19.2 6%	2 958
010	2	1043	28.5 3%	3 655

¹⁰ Quanto ao interesse em investigar a projeção de renovações na bolsa para os atletas, bem como o crescimento deste programa, nesta pesquisa não se poderá inferir a respeito.

011	2	1125	22.5 0%	4 998
012	2	1116	16.9 8%	7 219
013	2	1134	17.2 5%	6 571
014	2	1373	20.5 9%	6 667
T			19.9	3
total		7815	3%	9201

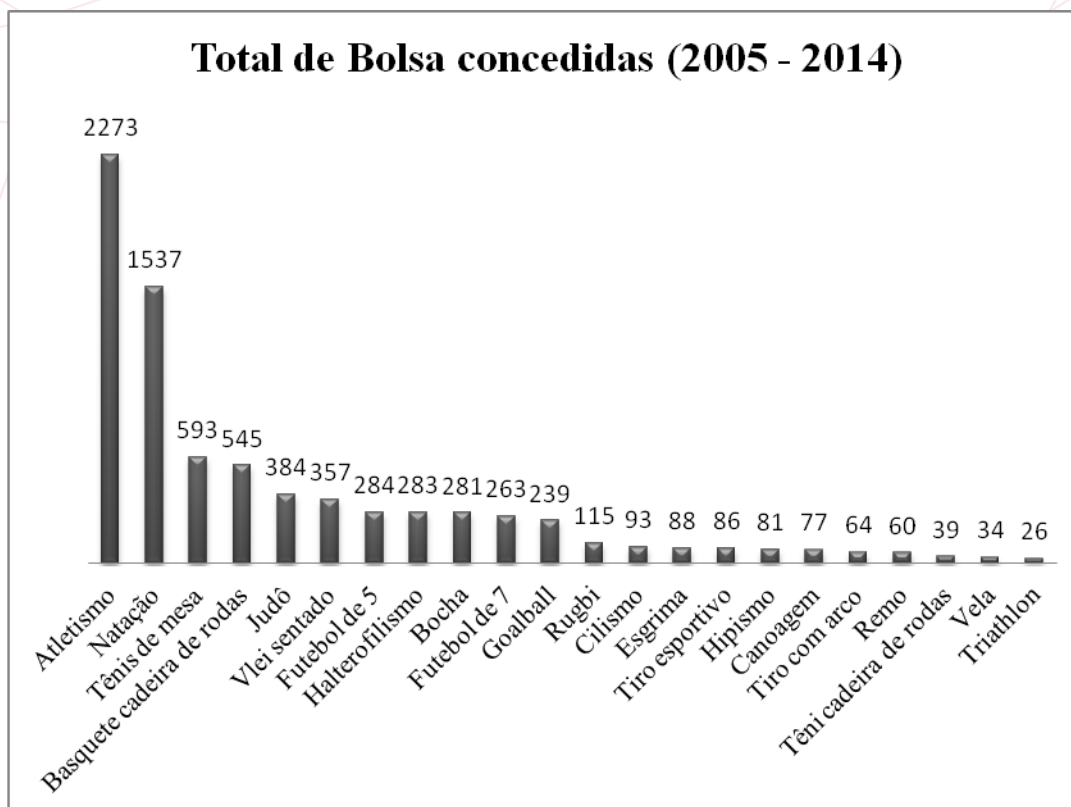
Fonte: Ministério do Esporte

Pode-se observar que com o passar dos anos, o número absoluto de bolsas destinadas ao esporte paralímpico foi aumentando consideravelmente. Com exceção dos anos de 2006, 2008 e 2012, que apresentaram uma quantidade de bolsa ligeiramente inferior em relação ao ano anterior. Entretanto, assim como apontou Corrêa *et. al.* (2014) em estudo relacionando o “Bolsa-Atleta” as modalidades olímpicas, existe no programa uma tendência de crescimento em relação ao número de atletas paraolímpicos contemplados. Por exemplo, conforme visualizado na Tabela 1, em 2014, a quantidade de bolsas foi praticamente cinco vezes maior do que no primeiro ano e mais que dobra em relação a 2009, ano que o Brasil ganha o direito de sediar as competições de 2016.

Contudo, se o olhar for lançado ao percentual, observa-se que mesmo com um maior número absoluto de bolsas o esporte paralímpico não teve o mesmo crescimento ao seu correspondente olímpico. O percentual de benefícios destinados aos atletas paralímpicos nunca foi superior a 30%, inclusive ao deparar-se com a comparação do primeiro e último ano do programa, o percentual em 2014 foi 6% menor do que no ano de 2005. Segundo Reis (2014) essa diferença pode ser explicada através de duas hipóteses: a) a existência de uma menor quantidade de modalidades (22 paralímpicas contra 38 olímpicas); b) a possibilidade de existir um número consideravelmente menor de pessoas com deficiência praticando esporte no Brasil.

A próxima análise que entra no escopo do presente artigo se refere à distribuição das bolsas de acordo com as modalidades esportivas:

Gráfico 1: Distribuição do total de bolsas para as 22 modalidades paralímpicas.



Fonte: Ministério do Esporte

No que diz respeito à quantidade de bolsas duas modalidades se destacam das demais: Atletismo (n=2273) e Natação (n=1537). Em seguida vêm esportes como Tênis de Mesa (n=593), Basquete de Cadeira de Rodas (n=545), Judô (n=384) e Vôlei Sentado (n=357). Num bloco mais intermediário encontram-se o Futebol de 5 (n=284), Halterofilismo (n=283), Bocha (n=281), Futebol de 7 (n=263) e o *Goalball* (n=239). Nas últimas colocações surgem o Tênis em Cadeira de Rodas (n=39), a Vela (n=34) e o Triatlo (n=26).

Segundo aponta Reis (2014), a predominância do Atletismo e da Natação ampara-se em dois motivos principais: 1) grande número de provas que ambas as modalidades apresentam¹¹; 2) o segundo fator é que tanto o Atletismo como a Natação são modalidades geridas diretamente pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e não por uma confederação específica, diminuindo significativamente a burocracia envolvida no processo de obtenção do

¹¹ No esporte paralímpico, as provas são divididas também pela deficiência. Após o processo de classificação funcional que aloca cada atleta em grupos no qual as deficiências sejam semelhantes. Tal procedimento visa deixar as competições supostamente mais justas. No caso da Natação são 14 classes funcionais para cada uma das provas e no Atletismo 26 (CARDOSO; GAYA, 2014; REIS, 2014).



benefício¹². Já no pólo contrário, com as modalidades de Tênis de Cadeira de Rodas, Vela e Triatlo o menor número de bolsas pode ser por serem estes esportes de elite. O mesmo quadro foi encontrado no estudo de Corrêa *et. al.* (2014), nas modalidades olímpicas. Nesse sentido, acredita-se que tal questão possa estar relacionada ao fato de serem modalidades cercados por grupos sociais mais abastados financeiramente e/ou socialmente. O que pode contribuir para que os atletas (sendo eles pertencentes a estes grupos ou não) não busquem esta forma de incentivo federal. No caso do Triatlo, outro ponto que pode contribuir para o pequeno número de bolsas concedidas é a sua entrada recente ao grupo de modalidades paralímpicas.

Ao seguir a mesma linha de raciocínio, percebe-se que algumas modalidades que apresentam consistência na quantidade de bolsas são aquelas administradas por entidades responsáveis por modalidades paralímpicas específicas de algum tipo de deficiência. É o caso do Judô, Futebol de 5 e *Goalball*, geridos pela Confederação Brasileira de Desportos para Deficientes Visuais (CBDV); Bocha e Futebol de 7, administrados pela Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE). Nesse sentido, Reis (2014) afirma que estas instituições são mais antigas e organizadas e por isso acabam por fornecer uma maior estrutura para o atleta com alguma deficiência.

Já as modalidades, como a Canoagem, Ciclismo, Hipismo, Remo, Tiro com Arco, Triatlo e Vela que não se enquadram em nenhum dos dois quadros acima descritos, pois são administradas por entidades responsáveis tanto pelo esporte convencional quanto para deficientes. Ainda existem entidades específicas para a modalidade paralímpica, como acontece com o Basquete de Cadeira de Rodas, gerido pela Confederação Brasileira de Basquete em Cadeira de Rodas; *Rugby* em Cadeira de Rodas, controlado pela Associação Brasileira de *Rugby* em Cadeira de Rodas (ABRC); e o Voleibol, Sentado coordenado pela Associação Brasileira de Voleibol Paralímpico (ABVP) (REIS, 2014).

A próxima análise que entra no escopo do presente artigo refere-se à distribuição pelas categorias de bolsa:

Tabela 2: Distribuição de frequências total das bolsas concedidas - Categoria de Bolsa.

¹²Reis (2014) salienta que na estrutura administrativa do esporte paralímpico brasileiro, o CPB tem uma função dupla, além de ser a entidade máxima é o responsável por gerir diretamente cinco modalidades: Natação, Atletismo, Tiro Esportivo, Halterofilismo e Esgrima em Cadeira de Rodas.



Categorias	Total	%
Base	2	0,03%
Estudantil	456	5,83%
Internacional	759	9,71%
Nacional	5469	69,98%
Paralímpica	1129	14,45%
Total geral	7815	100,00%

Fonte: Ministério do Esporte.

O primeiro ponto que se destaca na Tabela 2 é o fato do percentual quase inexistente de bolsas destinadas à categoria de Base, bem como um baixíssimo para a Estudantil. Por exemplo, de 2005 a 2008, nenhuma bolsa foi destinada a essas duas categorias. Apenas quatro anos após o início do programa, no ano de 2009, um benefício foi destinado para um atleta em nível estudantil. A Bolsa Nacional apresenta quase 70% do total dos benefícios concedidos. Se tais dados foram comparados com os levantados por Corrêa *et. al.* (2014), sobre o “Bolsa-Atleta” nos esportes olímpicos, nota-se que os números apresentados no presente estudo apontam que o paradesporto prioriza os níveis mais elevados de *performance*. Afinal o percentual das bolsas paralímpicas, internacionais e nacionais foram superiores aos do esporte convencional. Em contrapartida, os percentuais apresentados nas categorias Base e Estudantil foram muito inferiores ao encontrados na pesquisa de Corrêa *et. al.* (2014).

O alerta que tais dados emitem é que existe uma destinação maior de bolsas para os níveis mais elevados (Nacional, Internacional e Paralímpica) em comparação com os de iniciação ao rendimento (Estudantil e Base). Justamente esses graus são aonde se encontra a formação do esporte paralímpico nacional e se não houver, nesse período de iniciação ao rendimento um investimento adequado para o desenvolvimento dos atletas, poderá-se perder uma quantidade considerável de futuros esportistas com potencial de galgar patamares mais elevados no paradesporto de rendimento.

A seguir será analisada a distribuição dos atletas pelo sexo:

Tabela 3: Distribuição de bolsas absolutas e percentuais dos sexos por modalidade esportiva.

Sexo



Modalidade	Fe minino	Fe minino %	Ma sculino	Ma sculino %
Atletismo	75 6	33 .26%	15 17	66. 74%
Basquetebo l em Cadeira de Rodas	18 3	33 .58%	36 2	66. 42%
Bocha	81	28 .83%	20 0	71. 17%
Canoagem	7	09 .10%	70	90. 90%
Ciclismo	7	7. 53%	86	92. 47%
Esgrima em Cadeira de Rodas	24	27 .28%	64	72. 72%
Futebol de Cinco	X	0 %	28 4	10 0%
Futebol de Sete	X	0 %	26 3	10 0%
<i>Goalball</i>	12 0	50 .20%	11 9	49. 80%
Halterofilis mo	65	22 .97%	21 8	77. 03%
Hipismo	20	24 .70%	61	75. 30%
Judô	14 3	37 .24%	24 1	62. 76%
Natação	58 3	37 .94%	95 4	62. 06%
Remo	25	41 .67%	35	58. 33%
<i>Rugby em Cadeira de Rodas</i>	1	00 .87%	11 4	99. 13%
Tênis de mesa	19 4	32 .72%	39 9	67. 28%
Tênis em Cadeira de Rodas	14	35 .9%	25	64. 10%
Tiro com Arco	5	7. 82%	59	92. 18%
Tiro Esportivo	25	29 .07%	61	70. 93%
Triatlo	4	15 .39%	22	84. 61%
Vela	1	2. 95%	33	97. 05%



Voleibol	14	40	21	59.
Sentado	3	.05%	4	95%

Fonte: Ministério do Esporte

A Tabela 3 mostra uma discrepância muito grande entre homens e mulheres. No estudo de Corrêa *et. al.* (2014) a predominância masculina foi marcante, entretanto, nas modalidades paraolímpicas o problema se agrava. Tais números permitem-se afirmar, conforme aponta Cidade (2004), que no paradesporto as lógicas sexistas e de gênero são ainda mais presente que no esporte convencional. A única exceção é o *Goalball*, modalidade aonde as mulheres superam ligeiramente os homens no número de benefícios concedidos. Já nas outras 21 o sexo masculino apresenta o maior percentual de bolsas. Algumas modalidades, como a Vela, *Rugby* em Cadeira de Rodas, Tiro com Arco, Ciclismo e a Canoagem, os homens têm mais de 90% dos benefícios.

Apenas o Remo e o Voleibol Sentado apresentam menos de 60% das bolsas para o sexo masculino. Já no Futebol de 5 e Futebol de 7, existem somente competições oficiais masculinas. No caso do *Rugby* em Cadeira de Rodas trata-se de um esporte misto, ou seja, em seus eventos homens e mulheres participam juntos (REIS, 2014). Contudo, apesar desta presença conjunta o número de bolsistas do sexo feminino é praticamente nulo.

Esses dados mostram um quadro altamente preocupante. As entidades que gerem o esporte paralímpico devem discutir e posteriormente elaborar políticas para diminuir esta discrepância entre homens e mulheres. Pode-se entender então, que existe um problema anterior a concessão das bolsas. Deve-se pensar em políticas públicas que incentivem as mulheres com deficiência as práticas esportivas para que possam buscar um rendimento maior e com isso futuramente pleitear as bolsas deste programa. Além disso, é preciso mencionar, conforme apontam os britânicos Shibli; Bingham (2008), que uma medalha feminina numa competição como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos custa bem mais barato que uma medalha masculina.

Seguindo a análise, levantam-se alguns dados referentes à distribuição regional dos atletas:

Tabela 4: Distribuição absoluta e porcentual por ano das regiões do país dos atletas beneficiados.

--	--	--	--	--



Fonte:	005	63	2	.66%	5.11%	1	1.78	4.37	4.06	Ministério do
Esporte							%	%	%	
Assim	006	37	2	.53%	5.61%	1	2.2%	8.10	1.51	como apontou
o estudo de	007	07	5	.93%	3.01%	1	2.42	2.07	7.55	Corrêa <i>et. al.</i>
(2014) a região							%	%	%	Sudeste é a que
apresenta o	008	47	4	.81%	2.75%	1	4.76	0.78	5.88	maior
percentual de							%	%	%	bolsas. Pode-se
atribuir isso ao	009	70	5	.085	7.36%	1	2.45	2.28	2.80	fato de ser uma
região com							%	%	%	uma melhor
situação	010	043	1	.31%	0.995	2	0.54	9.18	4.95	econômica,
com melhores							%	%	%	estruturas de
treinamento e	011	125	1	.46%	0.8%	2	0.22	8.53	2.97	competições,
além de um							%	%	%	melhor
investimento	012	116	1	.81%	2.49%	2	0.30	6.50	3.88	público e
privado a nível							%	%	%	Estadual e
Municipal. A	013	134	1	.23%	1.69%	2	1.28	4.09	5.69	Tabela 5
explora esta							%	%	%	relação
econômica:	014	373	1	.55%	9.37%	1	2.23	6.32	5.51	
							%	%	%	
Tabela	total	815	7	.01%	9.44%	1	.99%	8.11	4.95	5:
Distribuição							%	%	%	porcentual
dos valores										obtidos com o

PIB e dos bolsistas do programa pelas regiões do país.

	N	Centr	S	Sul	
orte	ordeste	o-Oeste	udeste		
B	1	9.99	4	14.	
olsistas	.01%	9.44%	%	8.11%	95%
P	1	9,30	5	16,	
IB	,30%	3,50%	%	5,40%	50%

Fonte: Ministério do Esporte e IBGE (2012)

Ao comparar ao percentual de Bolsas com o PIB percebe-se que os números são próximos. A região Centro-Oeste, por exemplo, tem praticamente os mesmos números, bem



como o Sul e o Norte aonde a diferença não chega a 2%. A alteração maior recai sobre Sudeste e Nordeste. Por exemplo, o nordeste brasileiro supera o Sul no que se refere a número de bolsistas paralímpicos. Ainda assim, esses dados permitem compreender que, regiões com um maior poder econômico, tendem a ter um maior número de esportistas em níveis maiores de rendimento.

Tabela 6: População com deficiência pelas regiões do Brasil.

Região	% População com Deficiência
Nordeste	26,63%
Norte	23,4%
Sudeste	23,03%
Centro-Oeste	22,51%
Sul	22,5%

Fonte: Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com deficiência (BRASIL, 2012).

Conforme os dados encontrados na Tabela 6, além da relação PIB com número de bolsistas pode-se ainda arrolar tais elementos com uma terceira categoria: a percentagem da população com deficiência (BRASIL, 2012). Este dado pode ajudar a compreender como o Nordeste é a segunda região com maior número de bolsistas. Afinal esta parte do país é a que apresenta o maior percentual de indivíduos com deficiência no Brasil (26,63% contra 22,5% do Sul). Assim, numa região com maior número de indivíduos com deficiência a probabilidade de aparecer talentos esportivos torna-se maior.

CONCLUSÕES

Ao concluir esta primeira análise dos dados, aponta-se que há muito o que investigar acerca do programa. Indica-se que o mesmo significa um avanço inegável ao paradesporto brasileiro, pois foi a primeira política federal a beneficiar financeiramente o atleta de maneira direta, e não somente as instituições que organizam e/ou controlam o as modalidades paralímpicas.

Este mapeamento ainda mostrou que o “Bolsa-Atleta” centra-se principalmente em modalidades tradicionais como o Atletismo e a Natação. O programa também acaba beneficiando as categorias mais elevadas de bolsas, mostrando que o foco está nos níveis



elevados de rendimento. Apontou ainda que uma lógica sexista está enraizada no paradesporto brasileiro, visto que o número de homens bolsistas é muito superior ao de mulheres. Por fim, a pesquisa ainda mostrou que a lógica do campo econômico se repercute na distribuição espacial dos atletas paralímpicos brasileiros.

Ao longo deste estudo, muitas questões relevantes puderam ser feitas (ou ficaram por se fazer), nem todas almejavam uma resposta, porém, estas não se silenciarão no término do presente artigo. A expectativa é que tais questões repercutam nos agentes e/ou instituições responsáveis pela gestão do esporte paralímpico brasileiro, no sentido de promover uma minimização às falhas deste importante programa de fomento esportivo.

Ten years of the federal program “Bolsa-Atleta” (Athlete-Grant): an initial mapping of the paralympic sports (2005-2014)

Abstract: This article aims to make an initial mapping of an important federal program of development of Brazilian sport called "Bolsa-Atleta". Therefore, the source used in the analysis were the lists of athletes contemplated available at the Sports Ministry's website, outlining the studies between the years 2005-2014. From these lists, it was used for the analyzes only the information related to Paralympic modalities, with a total number of 7815 grants. In conclusion, the research shows that the "Bolsa-Atleta", within the Paralympic sport, prioritizes athletes with higher performance, males and those that represent the most economically developed regions.

Keywords: Sports; Government Funding; Athletes.

Diez años del programa federal “Bolsa-Atleta” (Beca-Atleta): un mapeo inicial de las modalidades paralímpicas (2005-2014)

Resumen: El artículo que se presenta tiene como objetivo hacer un mapeo inicial de un importante programa de fomento al deporte brasileño del gobierno federal denominado “Bolsa-Atleta”. Para eso, la fuente utilizada en el análisis fueron los listados de los becarios de ese programa disponibles en el sitio web del Ministerio de Deportes, delimitando el estudio entre los años de 2005 y 2014. De éstos listados, fueron utilizados en los análisis sólo las



informaciones referentes a las modalidades de deportes paralímpicos, totalizando un número de 7815 becas. Como conclusión, el estudio señala que el programa “Bolsa-Atleta”, dentro del deporte paralímpico, prioriza los deportistas con mayor rendimiento, los del sexo masculino y los de las regiones más desarrolladas económicamente.

Palabras-Clave: Deportes; Financiación Gubernamental; Atletas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W. O financiamento dos programas Federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 73-92, 2010.

_____. Comitê Olímpico Brasileiro e o financiamento das Confederações Brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. 163–179, 2011.

ANUNCIACÃO, F. N. **O atletismo no programa governamental “Bolsa Atleta”**: primeiros apontamentos (2011-2013). 2014. 61f. Monografia (Graduação em Educação Física) – Departamento de Educação Física. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BRASIL. **Diário da Câmara dos Deputados**. Brasília: 2003

_____. **Lei nº 10.891, de 9 de Julho de 2004**. Institui a Bolsa-Atleta.

_____. **Decreto-Lei nº 5.342, de 14 de Janeiro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.891, de 9 de Julho de 2004 que institui a Bolsa-Atleta.

_____. **Lei nº 12.395, de 16 de Março de 2011**. Dispõe sobre a alteração das Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências.



_____. **Cartilha do Censo 2010** – Pessoas com Deficiência. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

CARDOSO, V. D.; GAYA, A. C. A classificação funcional no esporte paralímpico. **Conexões**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 132-146, abr./jun. 2014.

CIDADE, R. E. A. **Atletas paraolímpicas**: figurações e sociedade contemporânea. 2004. 248f. Tese (Doutorado em Educação Física) Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Curitiba, 2004.

CORRÊA, A. J. **Financiamento do esporte olímpico brasileiro**: mapeamento inicial do programa “Bolsa-A atleta”. 2013. 86f. Monografia (Graduação em Educação Física) – Departamento de Educação Física. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

CORRÊA, A. J. MORAES E SILVA, M.; MEZZADRI, F. M. CAVICHIOLLI, F. R. Financiamento do esporte olímpico de verão brasileiro: mapeamento inicial do programa Bolsa-A atleta (2005-2011). **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 17, p. 1-15, 2014.

DIAS, Y. R. **O judô no programa governamental “Bolsa Atleta”**: primeiros apontamentos (2011-2013). 2014. 42f. Monografia (Graduação em Educação Física) – Departamento de Educação Física. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

FIGUERÔA, K. M.; SEVEGNANI, P.; MEZZADRI, F. M.; MORAES E SILVA, M. Planejamento, ações e financiamento para o esporte em tempos de megaeventos. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, p. 55-71, 2014.

GREEN, M.; HOULIHAN, B. **Elite sport development**. Policy learning and political priorities. London: Routledge, 2005.

HENRY, I. *et. al.* A typology of approaches to comparative analysis of sports policy. **Journal of Sport Management**, 19, p. 520–535, 2005.



HOULIHAN, B. **Sport and Society**. Sagepublications LTD. – London 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Regionais do Brasil 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2012.

GUIMARÃES, A. S. A Bolsa-Atleta eleva o desempenho de seus beneficiários? Análise do período 2005-2008. **Texto para Discussão 50**. Brasília. Senado Federal, 2009.

MEIRA, T. B.; BASTOS, F. C.; BÖHME, M. T. S. Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 251–262, 2012.

MORAES E SILVA, M. SANTOS, N.; CORRÊA, A. J. A configuração do financiamento do governo brasileiro ao esporte de rendimento. In: MEZZADRI, F. M.. (Org.). **Políticas Públicas e Esporte**. Várzea Paulista: Editora Fontoura, 2014, v. 1, p. 93-113.

OAKLEY, B.; GREEN, M. Elite sport development systems and playing to win: Uniformity and diversity in international approaches. **LeisureStudies**, 20, p. 247–267, 2001.

REIS, R. E. **Políticas Públicas para o esporte paralímpico brasileiro**. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SHILBLI, S.; BINGHAM, J. A forecast of the performance of China in the Beijing Olympic Games 2008 and the underlying performance management issues. **ManagingLeisure**, 13:3-4, p. 272-292, 2008.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos políticos/burocráticos e científico/acadêmico**. 2011. 422f. Tese (Doutorado em Educação



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

Física) Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Federal do Paraná,
Curitiba, 2011.